

RELATÓRIO

Missões pelo Direito à Água e ao Saneamento

— MANAUS —



2024

Relatório Missões Pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização Manaus



As Missões Pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização ocorreram na cidade de Manaus, com envolvimento dos seguintes parceiros e aliados

Fórum Nacional de Reforma Urbana

Fórum das Águas

Associação de Moradia Ana Oliveira (AMAO)

Observatório Socioambiental Encontro das Águas (OSEAS)

Maloca Digital – Grupo de Pesquisa da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

COLAR – Laboratório de Antropologia da Vida, Ecologia e Política da Universidade Federal do Amazonas

Instituto Sumaúma

Remada Ambiental

Articulação de Mulheres do Amazonas

Central de Movimentos Populares (CMP)

Movimento das Associações do Igarapé do Gigante

SARES – Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental

ARATRAMA – Articulação Amazônica dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro de Matriz Africana

União Nacional por Moradia Popular (UNMP)

Equipe Itinerante

Instituto IAÇU

Rede Jubileu



2024

ficha técnica

Habitat para Humanidade Brasil

Diretoria Executiva

Socorro Leite

Gerência Nacional de Incidência Política

Raquel Ludermir

Coordenação de Articulação e Incidência Política

Auta Azevedo

Assessoria de Incidência Política

Marina Cysneiros

Adnamar Santos

Coordenação de Comunicação Institucional

Débora Britto

Assessoria de Comunicação para Incidência Política

Ju Motter

Relatora Responsável pela Missão pelo Direito à Água e ao Saneamento - Recife

Yasmin Rodrigues

Analista de Pesquisa e Incidência Política Habitat para a Humanidade Brasil

Colaboração

Sandoval Rocha

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares

Revisão Técnica

Yasmim Pamponet Sá

Fotografias

Cila Reis

Diagramação

Renata Macêdo

Como citar: HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. **Missão pelo Direito à Água e ao Saneamento: Manaus.** Habitat Para a Humanidade Brasil: Brasil, 2024

sumário

Missões pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização- Manaus	05
Água é um direito, saneamento é o básico!	
1. Manaus	06
2. Puraquequara	08
3. Santa Etelvina	10
4. Colônia Antônio Aleixo	13
5. Parque das Tribos	14
6. Beco do Macapá	15
7. Audiência Pública	18
8. Oficinas e palestras sobre a água	19
9. Recomendações	19
Referências	22

Missões pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização - Manaus

Água é um direito, saneamento é o básico!

Nos dias 3, 4 e 5 de junho de 2024, a cidade de Manaus recebeu a Missão Pelo Direito à Água e ao Saneamento, que visitou cinco territórios (Puraquequara, Parque das Tribos, Colônia Antônio Aleixo, Beco Macapá e Santa Etelvina). A missão foi construída coletivamente por uma rede de 17 organizações: Fórum das Águas, Associação de Moradia Ana Oliveira (AMAO), Observatório Socioambiental Encontro das Águas (OSEAS), Maloca Digital – Grupo de Pesquisa da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), COLAR – Laboratório de Antropologia da Vida, Ecologia e Política da Universidade Federal do Amazonas, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Instituto Sumaúma, Remada Ambiental, Articulação de Mulheres do Amazonas, Central de Movimentos Populares, Movimento das Associações do Igarapé do Gigante, Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental (SARES), Articulação Amazônica dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro de Matriz Africana (ARATRAMA), União Nacional por Moradia Popular, Equipe Itinerante, Instituto IAÇU e Rede Jubileu.

A metodologia utilizada pelas missões adapta à realidade brasileira o perfil de missões de relatoria do Sistema ONU, identificando os pontos críticos de cada comunidade em relação a determinada temática. A comitiva nacional de Incidência Política da Habitat para Humanidade Brasil coordenou os trabalhos de campo e torna pública a sistematização dos dados produzidos em colaboração com todos e todas presentes.

O objetivo deste relatório é tornar visíveis os desafios enfrentados pelas populações locais e as mobilizações políticas comunitárias pelo direito à água, ao saneamento e à higiene, bem como propor recomendações que convoquem os gestores públicos a se empenharem na mitigação dos danos produzidos pela ausência da garantia de direitos nos territórios vulneráveis. A luta pelo direito ao saneamento básico¹ orientou a seleção dos territórios e, em cada um deles, foi possível promover rodas de conversa, conhecer a história local por meio da narrativa dos habitantes, visitar as residências, produzir registros fotográficos e realizar caminhadas guiadas pelos moradores e moradoras.

Este relatório foi dividido em nove seções, sendo a primeira dedicada a um panorama sobre

¹ Saneamento básico é o conjunto de políticas públicas de acesso a água, saneamento e higiene, considerando coleta de lixo, drenagem fluvial, presença de banheiros de uso exclusivo nas residências, água encanada e de boa qualidade e esgotamento sanitário.

a situação da água e do saneamento na cidade de Manaus, enquanto as demais foram divididas por território para agruparem a descrição das violações de direitos à água e ao saneamento observadas em cada um deles. Por fim, foi relatada a atividade de oficinas que compôs o último dia da missão e sistematizadas as recomendações para o poder público, para a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus (AGEMAN), para a Defensoria Pública e para a concessionária Águas de Manaus. O objetivo das recomendações é reverter o quadro de violações e construir espaços de fortalecimento da democracia.

As experiências, observações e diálogos proporcionados pelas visitas da Missão pelo Direito à Água e ao Saneamento mostraram os desafios de pensar e implementar políticas públicas de saneamento de forma integrada, tal como formulado a partir da Lei 11.445/2007, que definia o saneamento como um conjunto de equipamentos e sistemas que envolvem quatro vertentes – abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, drenagem urbana e manejo adequado dos resíduos sólidos.

A referida lei, substituída pelo novo marco legal do saneamento, representou, na época de sua publicação, o esforço de pensar políticas de saneamento integradas entre si e com outras políticas setoriais, tal como habitação e saúde. Com isso em mente, é necessário reconhecer que, ainda que considere o saneamento na sua acepção mais ampla e integrada, este relatório prioriza as questões relacionadas ao abastecimento de água e à coleta e tratamento de esgoto sanitário.

O olhar da missão mais direcionado para tais aspectos se justifica pelas particularidades observadas in loco, bem como pelo histórico dos conflitos locais ligados à privatização dos serviços de água e esgoto, o que evidentemente não resultou na sua universalização ou melhora.

1. Manaus

A população de Manaus é composta por 2.063.689 pessoas, havendo 310.731 domicílios sem conexão com a rede geral de esgoto, onde vivem 1.044.731 pessoas, além de 93.743 domicílios sem abastecimento de água, onde vivem 297.611 pessoas, 5.730 domicílios sem banheiro, onde vivem 17.343 pessoas, e 16.732 domicílios sem coleta de lixo, onde vivem 56.482 pessoas (IBGE, 2022).

Tabela 1 – Caracterização dos domicílios de Manaus

Domicílios sem conexão com a rede geral de esgoto	Domicílios sem abastecimento de água	Domicílios sem banheiro de uso exclusivo	Domicílios sem coleta de lixo
177.880	40.488	2.677	9.204

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração Habitat para a Humanidade Brasil

O serviço de abastecimento de água e tratamento de esgoto foi privatizado na cidade, sob o discurso de que isso o faria melhorar imensamente. Entretanto, ainda hoje, [apenas 26% dos domicílios possuem esgotamento sanitário adequado](#) (G1, 2023). A cidade está na 86ª posição no [Ranking do Saneamento](#)² de 2024 elaborado pelo Instituto Trata Brasil, tendo caído três posições em relação ao último ano.

O serviço de abastecimento de água, embora tomado pela concessionária como universalizado, não chega a todas as comunidades e a sua qualidade é amplamente questionada na cidade. A repentina falta de água em todas as zonas de Manaus é sentida por todos os seus moradores. Nesse contexto, destaca-se que Manaus está [entre os 20 piores](#) indicadores de saneamento do país (G1, 2023) [há mais de 10 anos](#) (AMAZONAS ATUAL, 2023). A história da capital é permeada por [conflitos hídricos](#) (ONDAS, 2022) e o serviço de abastecimento de água já passou por diversas concessionárias privadas.

As elevadas tarifas cobradas pela empresa também constituem um empecilho para o acesso das famílias mais pobres a esse serviço, o qual é atualmente operado pela Águas de Manaus, que pertence ao grupo AEGEA, o maior do Brasil no ramo. A empresa privada começou a atuar no abastecimento de água e no tratamento de esgoto sanitário em junho de 2018, o que não representou melhora expressiva no cotidiano das pessoas, como veremos nas próximas seções. Apenas o município de Manaus foi entregue para operação dos serviços da concessionária, de modo que o restante do Estado do Amazonas ainda é gerenciado pela Companhia de Água e Saneamento do Amazonas (COSAMA).

Ao longo de 22 anos de privatização, os serviços de água e esgoto de Manaus passaram por três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na Câmara Municipal - em 2005, 2012 e 2023 - e estiveram sob concessão de quatro empresas diferentes. Sediadas fora da Amazônia, todas essas empresas encontraram neste território oportunidades favoráveis de maximizar os seus lucros

2 O ranqueamento é feito com os 100 municípios mais populosos do país.

explorando os gigantescos reservatórios hídricos da região. Os custos altos repassados à população não correspondem à qualidade da água, ao serviço de esgotamento oferecido, tampouco ao seu alcance, dada a grande desigualdade social que se reflete na precariedade habitacional e de acesso à renda básica.

No município, entrecortado por afluentes do Rio Amazonas, o povo vive em uma corda-bamba pelo acesso à água de qualidade e o poder público vive sem planejamento para manutenção da saúde dos rios, que estão em risco pela falta de tratamento de esgoto. **Nesse sentido, destaca-se que nenhum território visitado por esta missão possui rede de esgotamento sanitário e tratamento adequado dos dejetos, o que coloca em absoluto risco o bioma local e a saúde dos moradores.**

2. Puraquequara

O bairro do Puraquequara, que fica a mais de 20 Km do centro de Manaus, foi o primeiro território visitado por esta missão. Segundo Andrade (2013), a formação do bairro remete às primeiras décadas do século XX, com o estabelecimento de famílias na várzea do Rio Amazonas. Devido ao regime de cheias do rio, a comunidade migrou para terra firme nos anos 70, ocupando as margens do Lago Puraquequara, cujo nome remete à presença do peixe elétrico amazônico poraqué.³

Figura 1 – Puraquequara, Manaus



Fotografia: Cila Reis. Acervo Habitat Brasil

³ Na última década, o trabalho de Andrade (2013) ainda categorizava os moradores do Puraquequara como “ribeirinhos urbanos”.

Esse lago, juntamente com o Lago do Aleixo, localizado em bairro próximo, recentemente ganhou os noticiários ao aparecer com [centenas de peixes mortos](#) (G1, 2024), o que, segundo moradores, é comum de acontecer. A quantidade de peixes mortos sobre os rios e lagos da região é consequência, em grande parte, da poluição industrial que impacta esses corpos d'água. A caminho da comunidade, na estrada do Puraquequara, é possível observar um bom número de terrenos, fábricas e sedes de empresas. A via é considerada parte da área de expansão do Distrito Industrial, onde infraestruturas industriais se alternam com sítios e pequenas propriedades rurais.

Chegando à comunidade, a equipe da missão foi recebida pelo grupo Mulheres Solidárias em Ação, um coletivo que produz artesanato a partir de materiais descartados, além de outros moradores engajados na questão da água e do saneamento, em sua maioria, mulheres. Em diálogo com o grupo, foi relatado que a comunidade não é abastecida pela Águas de Manaus. Não há consenso sobre o tema: enquanto parcela dos moradores acredita que o acesso à água melhoraria com a prestação de serviços da concessionária, outra parcela teme as tarifas abusivas já conhecidas pelo povo manauara.

Assim, para o abastecimento doméstico, as famílias utilizam poços comunitários ou particulares de onde a água é bombeada, com taxas mensais que variam de 50 a 90 reais, ou, ainda, tomam emprestada a ligação do poço de algum vizinho próximo de forma solidária, sem custos.

Conforme relato das moradoras, não há certeza sobre quanto tempo a bomba ficará ligada, abastecendo as residências. Os avisos sobre os horários e intervalos de tempo que as bombas ficarão ligadas se dão via aplicativo de mensagens whatsapp, em grupos formados por moradores. Esse intervalo pode variar entre quinze minutos e duas horas, resultando ora em falta de água, ora em desperdício. A maioria das moradoras não tem grandes reservatórios, como caixas d'água, e armazenam água em baldes ou galões de plástico. Também não há testagem da qualidade da água dos poços, muitos deles perfurados em profundidades inadequadas e em contato com as fossas da comunidade, que não possui rede de esgotamento sanitário. Nas casas, não há filtros e relatos confirmam a ocorrência de doenças de veiculação hídrica entre a população local.

3. Santa Etelvina

O bairro da periferia localizada na Zona Norte da capital vive uma das situações mais alarmantes da cidade: os moradores que participam da Associação Ana Oliveira relataram que a água que abastece a comunidade tem cheiro, cor e sabor, deixando diversas pessoas com queixas de diarreias e outras doenças de veiculação hídrica. Nas residências, a água ora chega turva e com aspecto barrento, ora aparece com uma aparência esbranquiçada devido ao excesso de cloro utilizado para compensar a sua má qualidade. A água também chega sem pressão e em horário irregular. Isso sobrecarrega os moradores financeiramente com a necessidade de comprar água mineral para beber e cozinhar.

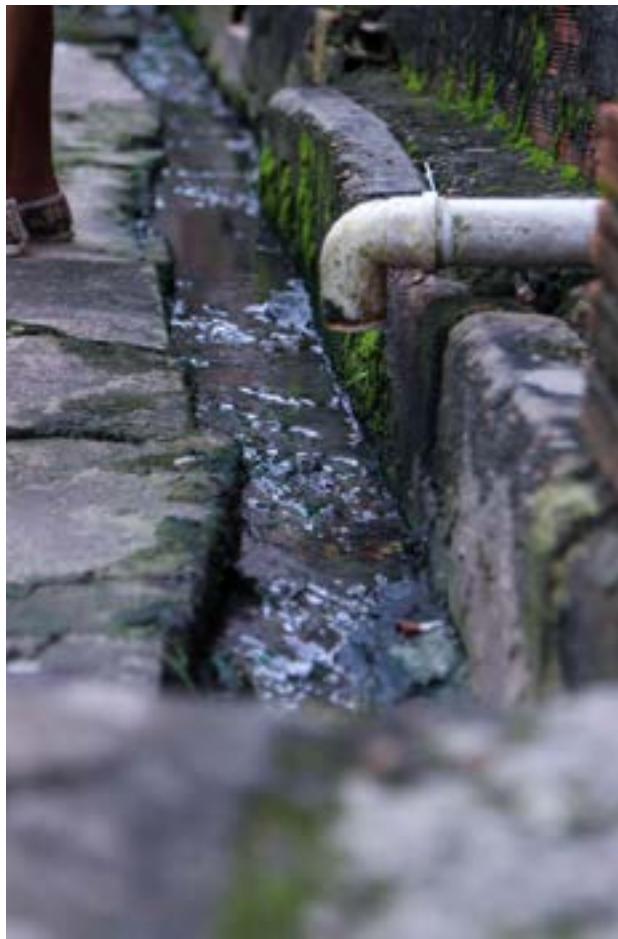
Figura 2 – Associação por Moradia Ana Oliveira – Santa Etelvina, Manaus.



Fotografia: Cila Reis. Acervo Habitat Brasil

O diálogo no local deixou evidente que o serviço prestado pela Águas de Manaus não é apenas desrespeitoso, mas abusivo, já que as tarifas chegam a 500 reais para pessoas beneficiárias dos programas de transferência de renda do governo federal, como o bolsa família. O custo elevado faz com que a inadimplência seja inevitável. Sobre esse problema, uma das moradoras relatou o seguinte: “a conta chega a 300 reais na minha casa, onde só mora eu, minha filha e meus dois netos, que são crianças. Como pode isso? Eu sou diarista, trabalho em casa de família, não tenho como pagar esse valor. Ou eu como, ou eu pago a conta de água. Aí eles cortam o serviço ou ainda multam a gente, o que deixa o valor maior ainda por mês”.

Figura 3 – Santa Etelvina



Fotografia: Cila Reis. Acervo Habitat Brasil

Consideramos que a tarifa abusiva viola o direito à água, sobretudo se tratando de uma comunidade formada por pessoas pobres, com lares chefiados por mães que já são altamente sobre carregadas financeiramente pela subsistência da família.

Há, ainda, um conflito permanente que vem sendo acirrado por meio do uso de multas de forma assediosa pela empresa. Algumas famílias, que residem há décadas no local, utilizam poços artesianos de forma equiparada ao uso tradicional. Dona Luziete, moradora que foi criada em Santa Etelvina, bem como criou seus filhos e netos no local, contou sobre sua experiência com o uso dos poços na comunidade:

O poço mora no nosso quarto. A gente usa a tampa de pedra dele como mesa. Ele é parte da nossa casa. Eu fui criada com esse poço, criei meus filhos e agora a Águas de Manaus não quer que meus netos tenham acesso. O poço é meu. É minha autonomia ter água em casa, sempre foi. Eu não vou pagar 500 reais de tarifa se eu sempre tive água. Quem manda na minha casa sou eu.

Segundo seu relato, Dona Luziete possui, hoje, uma multa que totaliza 18 mil reais, o que lhe custa mensalidades altas. Ela é trabalhadora informal e sua família é composta por 3 crianças. Assim, a escolha que lhe sobra é entre a inadimplência ou a fome. O uso de multas tem sido o método utilizado pela empresa para desestimular o abastecimento por meio dos poços artesianos, endividando as famílias já pobres e criando ainda mais transtornos em um cenário já precarizado.

Os poços constituem parte da sociabilidade das famílias, que compartilham histórias relacionadas ao reservatório, além de ocupar um lugar importante no que as pessoas entendem por moradia – local de expressão da autonomia na gestão da água e da organização. Para as mulheres, que convivem diariamente com o patriarcado, ter a casa como sinônimo de autonomia é especialmente relevante para garantir sua cidadania. É preciso que o Estado ofereça condições para a manutenção dos modos de vida com segurança e qualidade, ao invés da conformação violenta desses modos de vida a um padrão que não os atende.

Não há esgotamento sanitário na comunidade e frequentemente os bueiros improvisados entopem e transbordam, fazendo com que todos precisem conviver com água contaminada. Para as pessoas com deficiência, qualquer percurso se torna ainda pior, já que é impossível caminhar sem apoio. Membros da equipe conversaram com um morador antigo que possui deficiência visual e ele contou que não consegue transitar pela comunidade em dias de chuva forte.

Figura 4 – Casa construída em cima de um bueiro que recebe dejetos em Santa Etelvina, Manaus



Fotografia: Cila Reis. Acervo Habitat Brasil

4. Colônia Antônio Aleixo

O bairro Colônia Antônio Aleixo foi uma colônia⁴ de tratamento especializado de hanseníase na década de 70. Com a desativação desse modo de tratamento, trabalhadores ocuparam o que se tornou um bairro periférico da Zona Leste de Manaus. Formou-se, com o passar dos anos, uma organização social e comunitária orientada pela Igreja Católica, que já atuava desde o início com trabalhos assistenciais. Os padres cumprem papel central nos diálogos, organização e gestão do território.

Figura 4 – Casa construída em cima de um buero que recebe dejetos em Santa Etelvina, Manaus



Fotografia: Cila Reis. Acervo Habitat Brasil

Há 44 anos, segundo contaram alguns moradores responsáveis pelos poços que abastecem a comunidade, as ligações de água foram feitas em parceria com a igreja, promovendo o acesso à água à comunidade que era abandonada pelo poder público. Atualmente, o serviço de abastecimento de água funciona de forma autônoma com comissões de moradores organizadas para esse fim. O bairro é dividido em setores com suas respectivas comissões. Embora autônomas, essas comissões de água possuem uma relação de interdependência. Por ser uma forma alternativa de gestão hídrica na cidade, essa rede tem procurado se fortalecer para manter o serviço nas mãos dos comunitários.

De forma coletiva e comunitária, esses micro gestores organizam a manutenção e a distribuição de água, empregando moradores e nivelando as tarifas de acordo com a região. Segundo relataram,

⁴ Como eram chamados os espaços de isolamento para tratamento médico de doenças contagiosas ou manicômios. Tal como internatos, formavam-se bairros inteiros de pacientes nesses locais. O modelo de isolamento foi superado pelo sistema de saúde e os locais foram ocupados por familiares e trabalhadores. O mesmo se observa em outras Colônias no país.

há loteamentos em que a tarifa mensal é de R\$50 e, em outros, de R\$60. Cada gestor está vinculado a uma comissão de moradores, tal como uma associação, por onde deliberam e organizam as políticas da Colônia. Toda a Colônia Antônio Aleixo é abastecida por esse serviço comunitário, mas a atual expansão do bairro demanda novas organizações para o atendimento dos novos moradores, exigindo que as comissões se articulem para continuar prestando o serviço à comunidade.

Durante a escuta com os microgestores, o que se observou é que há um conflito iminente com a Águas de Manaus, que quer estender seus serviços ao local, uma vez que o contrato com o município reconhece exclusivamente à empresa o direito sobre a exploração da água. Os moradores recusam a presença da concessionária por já terem estabelecido um modo de distribuição comunitário da água e por temerem as tarifas abusivas da empresa, bem como a má qualidade do serviço e ausência de transparência e diálogo, como é observado em outras regiões da cidade.

5. Parque das Tribos

O Parque das Tribos é o maior bairro⁵ indígena do Brasil, com aproximadamente mil famílias que pertencem a 35 etnias diferentes e são falantes de 25 idiomas. O território existe desde a década de 80 e fica na periferia da cidade, próximo a um afluente do Rio Tarumã-Açu, na Zona Norte da capital. A equipe foi recebida pela liderança local, a Cacica Lutana, da etnia Kokama

Figura 6 – Parque das Tribos, Manaus



Fotografia: Cila Reis. Acervo Habitat Brasil

⁵ Os moradores lutam pela denominação “bairro” por compreenderem que a localização em área urbana traz demandas específicas para os povos indígenas que ali residem.

O diálogo e a observação *in loco* mostraram que o bairro não possui esgotamento sanitário. Diversas habitações não possuem sequer banheiro ou cômodo próprio para dejeções e as fossas são improvisadas ou não existem. Um dos pontos levantados pela cacica Lutana é que, com a falta de tratamento dos dejetos, os peixes do Rio Tarumã-Açu não são mais pescados pelos indígenas, que os consumiam frequentemente como parte da rotina alimentar. O impacto na alimentação tradicional indígena deve ser observado sob as lentes da prioridade absoluta, inclusive na esfera federal, para que haja reversão do quadro de poluição do rio como garantia do bioma e do modo de vida dos povos originários. Além de trazer impactos à segurança alimentar, a ausência de saneamento também impossibilita o banho no rio, que, no passado, também era uma prática de lazer na comunidade.

A empresa Águas de Manaus é a responsável pela distribuição da água no local, o que passou a acontecer apenas a partir de 2021. Atualmente, há um poço perfurado pela AEGEA, de onde se bombeia água para uma estação elevatória, que distribui água para as residências. Esse serviço apresenta algumas contradições, principalmente no que diz respeito aos desafios da comunicação intercultural entre a empresa e os moradores locais.

Na esteira do que ocorre nos outros locais visitados pela missão, as reclamações giram em torno do valor da tarifa. Sem qualquer adequação às necessidades específicas daquela população, formada por indígenas de diversos povos, a empresa oferece um valor de tarifa social incompatível com a realidade. A cacica contou que, apesar de ser cobrada uma tarifa social de água da comunidade, muitos moradores têm aversão ao pagamento ou não compreender a necessidade de pagar por um recurso que, em suas comunidades de origem, estava disponível na natureza. Os mais velhos - ou aqueles indígenas ainda não socializados em todos os aspectos da economia monetária - não estão habituados a faturarem consumo de água e resistem à cobrança. Assim, o não pagamento da tarifa deve ser observado como resistência do modo de vida originário e, por essa razão, ser protegido por meio de isenções.

6. Beco do Macapá

O Beco do Macapá é um pequeno vale, escondido no bairro Redenção, na Zona Oeste de Manaus, ocupado por cerca de 50 famílias às margens de um afluente do Igarapé do Gigante, que integra a Bacia Hidrográfica do Tarumã. As casas, feitas de palafita, são precárias. A comunidade sofre com a

falta de serviços públicos, principalmente de fornecimento de água e esgotamento sanitário. A principal demanda apresentada foi a necessidade de construção de um “rip-rap”⁶, como é chamada a estrutura de contenção das margens do rio, o que resulta em uma espécie de igarapé canalizado ou urbanizado.

Figura 7 – Beco do Macapá, Manaus



Fotografia: Cila Reis. Acervo Habitat Brasil

Para os moradores, intervenções desse tipo no igarapé são necessárias porque, quando as chuvas aumentam de volume, o pequeno curso d’água transborda, alagando as casas e deixando enlameado o percurso até os pontos de ônibus. A água do igarapé recebe os dejetos das residências e, portanto, está imprópria e contaminada, sendo possível vetor de doenças de pele e gastrointestinais. Foi observada no local a presença de uma cacimba⁷, fonte de água nos arredores de igarapés, onde se realizam perfurações superficiais, com cerca de 2 metros de profundidade.

Em uma conversa, foi relatado que os moradores ainda usam a água da cacimba para banho e limpeza das residências. Eles não bebem essa água e não a utilizam no preparo dos alimentos, compreendendo que se trata de água contaminada.

6 O trabalho de Corrêa (2022) sobre a transformação de igarapés em “rip-rap” em Manaus discute como essas intervenções reproduzem desigualdades e marginalização entre as comunidades afetadas. Na medida em que são incorporadas à malha urbana pela intervenção do “rip-rap”, o que antes era visto como problema ambiental ou habitacional passa a ser lido como um “lugar perigoso”. O estigma do local é acompanhado pela permanência do curso d’água como elemento poluído e poluidor, ainda que precariamente urbanizado.

7 As cacimbas aparecem no trabalho de Lima (2021) como elementos da identidade territorial em bairros populares, ligadas à memória da migração, ocupação e conquista de territórios e moradia. Programas recentes, como o Programa Social e Ambiental de Manaus e do Interior (Prosamin+), promoveram a erradicação das cacimbas existentes em boa parte de Manaus, por razões sanitárias, sob um discurso de higienização e disciplinamento dos usos do solo e da água na cidade. Ignorando o papel das cacimbas na conformação dos territórios, a etiqueta urbana do Prosamin associou as cacimbas ao atraso e à ignorância.

De todo modo, a presença da cacimba e sua utilização evidencia interrupções no abastecimento de água na comunidade, embora os moradores não tenham mencionado esse problema.

Figura 8 – Beco do Macapá



Fotografia: Cila Reis. Acervo Habitat Brasil

As frequentes inundações no local são ocasiões nas quais o lixo que não foi coletado adequadamente reaparece, acumulado sobre a água. Logo, a única política a beneficiar a comunidade – o abastecimento de água – é comprometida pelas condições sanitárias do lugar, com impacto sobre a qualidade de vida dos moradores e sobre o acesso a demais direitos, como educação, saúde e moradia digna. A falta de uma escadaria que conecte a rua principal ao vale onde ficam as moradias torna o cenário ainda pior. Os moradores precisam andar sobre a grama escorregadia, o que causa acidentes.

No diálogo com a equipe da missão, os moradores presentes afirmaram que, além da construção do “rip-rap”, outra alternativa como política pública para melhoria de suas condições de vida seria o seu reassentamento em projetos de moradia popular nos moldes daqueles do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Minha Casa Minha Vida ou Prosamin. No entanto, também apresentaram críticas a esses modelos de projeto habitacional, na medida em que, muitas vezes, se baseiam no deslocamento das famílias para regiões muito distantes, longe de seu trabalho, de suas redes de apoio e sem infraestrutura urbana adequada.

7. Audiência Pública

No dia 5 de junho, no auditório da Escola da Assembleia Legislativa do Amazonas, foi realizada audiência pública com a presença de movimentos sociais e representantes do Governo do Estado, da Defensoria Pública do Estado do Amazonas e do mandato do Deputado Estadual Sinésio Campos (PT-AM). Apesar do envio de ofício para convocação, a Águas de Manaus não enviou qualquer representante, bem como o Ministério Público do Amazonas, a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus (Ageman) e a Comissão de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Manaus. Também foram convidados o Instituto de Defesa do Consumidor e a Comissão dos Consumidores da Assembléia Legislativa do Amazonas, porém não compareceram ao evento.

Figura 9 – Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.



Fotografia: Cila Reis. Acervo Habitat Brasil

Na ocasião, os movimentos sociais puderam manifestar suas demandas e a Missão pelo Direito à Água e ao Saneamento ofereceu recomendações aos poderes, tal como listado em seção específica ao final deste relatório. Os representantes das comunidades visitadas e outras lideranças tiveram oportunidade de manifestar suas queixas contra a política de saneamento adotada na cidade. Destacaram, mais uma vez, o abandono sofrido pelos moradores da periferia de Manaus, onde muitas comunidades não possuem serviço de esgotamento sanitário nem abastecimento de água potável, além de sofrerem com a falta de outros serviços urbanos, como segurança, transporte, educação, trabalho e lazer.

8. Oficinas e palestras sobre a água

O último dia da missão foi marcado por atividades realizadas no Espaço Loyola, instituição coordenada pela Companhia de Jesus, Congregação Religiosa dos Jesuítas. No local, a Professora Andrea Rebello (UFAM) apresentou um panorama sobre o cuidado das águas na Amazônia, destacando a falta de políticas públicas no tratamento dos resíduos que prejudicam os igarapés da cidade de Manaus. Posteriormente, a professora Tereza Cristina (UFAM) e sua equipe de jovens pesquisadores mostraram a produção do filtro à base da semente de açaí desenvolvido pelo projeto S.T.A.C. À tarde, as atividades foram retomadas no mesmo local, iniciando com a apresentação do Mestrando Lucas Rosa (AFAM), que abordou o tema “o saneamento ambiental e os impactos na saúde”. Finalmente, ocorreu a apresentação da artesã Wanderléia Correia Lima, trabalhando com reaproveitamento de resíduos.

Esse dia, ocupado com palestras e oficinas, constituiu um tempo de rica troca de experiências, envolvendo diversas lideranças, pesquisadores e outros palestrantes presentes na ocasião. Isso oportunizou o estreitamento dos laços com a universidade, que contribuiu com os conhecimentos acadêmicos, bem como a interação com outras formas de conhecimentos práticos provenientes da vida cotidiana. A universidade teve a oportunidade de romper o círculo acadêmico a partir da interação com lideranças comunitárias e militantes de movimentos sociais preocupados com o cuidado das águas e do saneamento na Amazônia.

9. Recomendações

As recomendações foram construídas coletivamente, em diálogo com os movimentos sociais que formaram a comissão local para realização da missão, e foram separadas por setores.

À Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus (AGEMAN), recomenda-se que:

- Garanta participação social nas instâncias de fiscalização do serviço privado;
- Regulamente e fiscalize o serviço da concessionária Águas de Manaus, especialmente em relação à qualidade, extensão e ampliação do sistema, cobranças e multas;
- Regulamente e fiscalize o serviço privado e comunitário de poços para que sejam padronizados os horários do serviço, a qualidade da água, os preços e as cobranças praticadas;

- Garanta o direito e a estrutura necessária para a utilização dos poços pelas famílias que o fazem para uso próprio, sem fins comerciais, entendendo que a relação com os poços constitui a identidade dos territórios, das moradias e das famílias de maneira intergeracional e que o Estado Democrático de Direito deve garantir os modos de vida construídos historicamente pela população.

À prestadora de serviço Águas de Manaus, recomenda-se que:

- Sejam aplicadas políticas de isenção, já que nem as tarifas sociais estão compatíveis com a renda das famílias mais vulnerabilizadas, gerando valores abusivos que têm violado o direito à água;
- Amplie o sistema de esgotamento sanitário, com o devido tratamento e destinação dos dejetos, sem contaminar o meio ambiente;
- Revise a cobrança da taxa de esgoto nos locais onde não existe o serviço;
- Revise a cobrança sobre consumo em hidrômetros em residências das quais já é cobrada a taxa por utilização de poço;
- Invista em pessoal qualificado para o diálogo intercultural – como Cientistas Sociais e Antropólogos – nos quadros da empresa, localizada em uma cidade com população de mais de 70 mil indígenas, além de outros grupos étnicos diversos;
- Pratique políticas de isenção de tarifa aos povos indígenas do Parque das Tribos;
- Disponibilize os serviços de água e esgoto qualificados nas periferias e regiões mais distantes do município, inclusive nas áreas rurais, sem prejudicar o direito humano à esses serviços.

Ao Poder Público, em seus níveis municipal e estadual, recomenda-se que:

- Proceda a um rearranjo democrático da gestão das políticas de saneamento básico da cidade, com orçamento participativo;
- Providencie orientação e subsídios para a devida reparação ou construção de fossas sépticas, bem como para sua manutenção ao longo do tempo, especialmente em locais onde, por ora, não existe a perspectiva realista de implantação de um sistema de esgoto;
- Realize uma fiscalização mais rigorosa dos serviços prestados pela concessionária privada, não somente no abastecimento de água e esgotamento sanitário, mas também na manutenção das

adutoras e na restauração das calçadas e das ruas quebradas pela empresa;

- Proteja e promova o direito das comunidades de criarem seu próprio sistema de abastecimento de água, respeitando e incentivando a história e as culturas locais;
- Promova a educação ambiental no município de Manaus, valorizando o cuidado dos igarapés e rios da cidade, bem como institua uma política de arborização e proteção ecológica das margens dos igarapés;
- Estabeleça uma faixa de gratuidade dos serviços de água e esgoto nas regiões mais pobres da cidade, tendo em vista o cumprimento do direito humano à água e ao saneamento;
- Fiscalize os procedimentos de descartes residuais e o tratamento de esgotos das indústrias, buscando evitar a poluição dos rios e igarapés da cidade;
- Aplique multas às empresas e concessionária de saneamento, tendo em vista as metas acordadas em contrato de concessão;
- Exija que parte dos lucros obtidos pela empresa de água e esgoto (e enviados para o exterior) seja revertido em políticas de saneamento para o Estado do Amazonas, tendo em vista a responsabilidade global de preservação do bioma amazônico.
- Torne as melhorias habitacionais uma prioridade absoluta, com ênfase no oferecimento de reservatórios de água e na instalação de mais pontos de água nas casas e de fossas adequadas;
- Garanta o direito à moradia digna para populações reassentadas por razões sanitárias e ambientais, com habitação em locais com infraestrutura adequada e próxima aos antigos locais de moradia, trabalho e convivência.

À Defensoria Pública do Estado do Amazona, recomenda-se que:

- Realize atendimentos com busca ativa às famílias lesadas pela Águas de Manaus, em locais como Santa Etelvina.

Recomenda-se, por fim, que seja criada uma comissão intersetorial, incluindo membros dos poderes judiciário, executivo e legislativo, agência e operadores do serviço de água e saneamento, com prioridade para participação diversa da sociedade civil.

Promover o direito à água e ao saneamento, com tratamento adequado do esgoto, é um compromisso com a preservação da vida, do meio ambiente e do futuro do país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **Ribeirinhos urbanos: vidas e modos de vida no Puraquequara. Manaus:** EDUA, 2013.

CENTENAS de peixes são mortos em lago na Zona Leste de Manaus. **G1**, Manaus, 17 de mai. de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/05/17/centenas-de-peixes-sao-encontrados-mortos-em-lago-na-zona-leste-de-manaus-video.ghtml>. Acesso em: 10 ago.2024.

CONTRADIÇÕES da privatização do saneamento em Manaus. **Ondas Brasil**, 07 de abr. de 2024. Disponível em: <https://ondasbrasil.org/as-contradicoes-da-privatizacao-do-saneamento-em-manaus/>. Acesso em: 10 ago.2024.

CORRÊA, Silvia Adriana Lima. Do igarapé ao Rip Rap: o processo de constituição da paisagem de um “lugar perigoso” em Manaus. **RURIS** (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 18–48, 2022. DOI: 10.53000/rr.v14i1.17024. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/17024>. Acesso em: 17 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

HÁ 10 anos, Manaus está entre as piores cidades em esgoto sanitário. **Atual**, Manaus, 21 de mar. de 2023. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/ha-10-anos-manaus-esta-entre-as-piores-cidades-em-saneamento/>. Acesso em: 10 ago.2024.

LIMA, Francisco Ferreira de. **Manaus, a metrópole sobre as águas. Os igarapés e cacimbas como elementos identitários** [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2021.

MANAUS está entre as 20 piores cidades em tratamento de esgoto do país, aponta ranking do saneamento. **G1**, Manaus, 20 de mar. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/03/20/manaus-esta-entre-as-20-piores-cidades-em-tratamento-de-esgoto-do-pais-aponta-ranking-do-saneamento.ghtml>. Acesso em: 10 ago.2024.

MANAUS tem apenas 26% de cobertura de esgotamento sanitário, aponta pesquisa. **G1**, Manaus, 03 de jul. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/07/03/manaus-tem-apenas-26percent-de-cobertura-de-esgotamento-sanitario-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 10 ago.2024.

